

## AVISO DE CONTRAÇÃO DIRETA Nº 009/2026

**CONTRATANTE:**

Secretaria Municipal de Finanças e Administração

**OBJETO:**

Contratação de licenciamento de software para gestão e monitoramento contínuo da transparência pública do ente contratante, destinado ao uso interno (controle interno, gestão administrativa) e com possibilidade de acesso setorial controlado, visando atender as demandas do Município de Morro do Chapéu/BA

**VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

R\$ 30.778,92 (trinta mil setecentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos)

**LINK DA SESSÃO:**

**BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).**

**PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**

De 13/05/2026, 08:00hs à 18/05/2026 às 14h00min

**DATA DA SESSÃO:**

DIA 18/05/2026

**HORÁRIO DA FASE DE LANCES**

Das 14:30h até 16:30h

**CRITERIO DE JULGAMENTO:**

Menor Preço

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPÉU**  
**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 009/2026**

**(Processo Administrativo n.º 076/2026)**

O **MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU** – Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 13.717.517/0001-48, através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados através do Decreto nº 112/2025, torna público, para conhecimento das empresas interessadas que realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do **art. 75, inciso II**, nos termos da **Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021**, do Decreto nº 315, de 30 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

**Período de recebimento das propostas:**

De 13/05/2026, 08:00hs à 18/05/2026 às 14h00min

**Data da sessão:** 18/05/2026

**Horário da Fase de Lances:** Das 14:30h até 16:30h

**Link:** [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

**Critério de Julgamento:** **MENOR PREÇO GLOBAL**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO E MONITORAMENTO CONTÍNUO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DO ENTE CONTRATANTE, DESTINADO AO USO INTERNO (CONTROLE INTERNO, GESTÃO ADMINISTRATIVA) E COM POSSIBILIDADE DE ACESSO SETORIAL CONTROLADO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU/BA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica **BNC**, ferramenta informatizada integrante do Sistema **BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, no endereço eletrônico [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

2.1.1. O procedimento será divulgado no **BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS** - [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), no Diário Oficial do Município - <http://doem.org.br/ba/morrodochapeu/editais> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Para a presente contratação, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 2.3.5. *sociedades cooperativas*.
- 2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

### 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.2.1. O fornecedor **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (**sessenta**) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá também enviar as declarações, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- 3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 3.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 3.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### 4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  - 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total** do lote.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
  - 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1,00 (um) real.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
  - 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### 5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.
  - 5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
  - 5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
- 5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça

a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/ceis>); e

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep>).

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.5.1. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.6. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.7.1. conter vícios insanáveis;

5.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.7.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.8. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.8.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

6.1. Recomenda-se que os documentos relativos à habilitação sejam apresentados de forma legível, numerados em ordem sequencial, conforme as seguintes disposições:

### 6.1.1. DAS CONDIÇÕES PARA PESSOAS JURÍDICAS:

#### 6.1.1.1. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

6.1.1.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

6.1.1.3. Prova de Regularidade de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social (INSS);

6.1.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual sede do licitante;

6.1.1.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante;

- 6.1.1.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- 6.1.1.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 6.1.1.8. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo à sede do LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital
- 6.1.1.9. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte participantes da sessão deverão declarar sua condição conforme Anexo X do presente edital, ou Termo de Enquadramento emitido pela Junta Comercial no exercício corrente.
- 6.1.1.10. Às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que apresentarem restrição na comprovação de regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventual Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.
- 6.1.1.11. O prazo assegurado no subitem 7.2.1 terá como termo inicial o momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.
- 6.1.1.12. Não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas no artigo 90, § 5º, da Lei Federal no 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

#### **6.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 6.1.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis.
- 6.1.2.2. Documentos de identificação de todos sócios ou da diretoria em exercício.

#### **6.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 6.1.3.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante prestou ou vem prestando serviços similares ao objeto da licitação.

#### **6.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:**

- 6.1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 6.1.4.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

#### **6.1.5 – DECLARAÇÕES**

##### **6.1.5.1 - Declarações conforme modelos em anexos neste edital.**

- 6.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do prestador de serviço, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o prestador de serviço será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **01 (uma) hora**, sob pena de inabilitação.
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6. Se o prestador de serviço for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o prestador de serviço for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 6.7. Serão aceitos registros de CNPJ do prestador de serviço matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.9. Será inabilitado o prestador de serviço que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.10. Na hipótese de o prestador de serviço não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o prestador de serviço será habilitado.

## 7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
- 7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:
- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
- 8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- 8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
- 9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

- 9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.12.1. ANEXO I – Termo de Referência
- 9.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 9.12.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de Cumprimento a Disposto Constitucional (Declaração de menor);
- 9.12.4. ANEXO IV - Modelo de Carta de Apresentação da Proposta
- 9.12.5. ANEXO V - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento
- 9.12.6. ANEXO VI – Modelo de Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte
- 9.12.7. ANEXO VII - Modelo de Declaração de Inidoneidade;
- 9.12.8. ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos;
- 9.12.9. Anexo IX – Modelo de Declaração de Autenticidade dos Documentos;

**Morro do Chapéu-Bahia, 12 de maio de 2026.**

**VANESSA DE FREITAS PEREIRA**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

<b>SECRETARIA DEMANDANTE:</b>	Secretaria Municipal de Finanças e Administração e Finanças
<b>Nº DFD:</b>	017/2026

#### 1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

1.1. Contratação de licenciamento de software para gestão e monitoramento contínuo da transparência pública do ente contratante, destinado ao uso interno (controle interno, gestão administrativa) e com possibilidade de acesso setorial controlado, visando atender as demandas do Município de Morro do Chapéu/BA, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITENS	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Acesso mensal ao software para gestão e monitoramento contínuo da transparência pública do ente contratante, destinado ao uso interno (controle interno, gestão administrativa) e com possibilidade de acesso setorial controlado	MÊS	12	R\$ 2.564,91

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 317, de 30 de março de 2024.

1.3. Os documentos parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo.

1.4. O prazo de vigência da contratação é da assinatura do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

#### 2. CLASSIFICAÇÃO COMO BEM COMUM

2.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, inciso XLI da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 317 de 28 de março de 2023, vez que é possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto e descritos de forma objetiva no instrumento convocatório, não acarretando prejuízos à qualidade dos bens e, tampouco, ao interesse público.

#### 3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de aprimorar os mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação contínua da transparência pública no âmbito do ente contratante, assegurando o cumprimento das exigências legais e normativas aplicáveis, bem como o fortalecimento da governança administrativa.

Atualmente, a gestão da transparência pública demanda acompanhamento sistemático, identificação tempestiva de inconsistências, correção de falhas e organização das informações disponibilizadas ao cidadão. A ausência de ferramenta tecnológica específica dificulta a padronização desses processos, reduz a eficiência das atividades do Controle Interno e aumenta o risco de não conformidade perante órgãos de fiscalização.

Nesse contexto, a contratação de solução tecnológica especializada permitirá a automatização da leitura do Portal da Transparência, com monitoramento contínuo, identificação de desatualizações e apontamento de pendências, promovendo maior eficiência operacional e confiabilidade das informações. Além disso, possibilitará a estruturação de planos de ação com definição de responsáveis, prazos e registro de evidências, garantindo rastreabilidade e controle das providências adotadas.

3.2. O objetivo principal da contratação é dotar a Administração de ferramenta capaz de transformar o acompanhamento da transparência pública em um processo contínuo, organizado e orientado por dados, permitindo a atuação preventiva do Controle Interno e da gestão administrativa. Busca-se, ainda, promover a padronização dos critérios de avaliação, a melhoria da qualidade das informações disponibilizadas, a mitigação de riscos de apontamentos pelos órgãos de controle e o fortalecimento da transparência ativa.

Como objetivos específicos, destacam-se:

- Monitorar continuamente o nível de conformidade da transparência pública;
- Identificar e corrigir falhas e desatualizações de forma tempestiva;
- Estruturar e acompanhar planos de ação com responsabilidades definidas;
- Gerar relatórios gerenciais e históricos para apoio à tomada de decisão;
- Assegurar rastreabilidade, controle e segurança das informações;
- Promover maior eficiência, transparência e governança no âmbito institucional.

Dessa forma, a contratação mostra-se essencial para modernização da gestão pública, atendimento às boas práticas administrativas e fortalecimento do controle interno, contribuindo diretamente para a transparência, eficiência e credibilidade da Administração Pública.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. São requisitos da contratação:

##### 4.1.1 Painel Consolidado

- a) Indicador visual do nível de conformidade geral (percentual ou equivalente);
- b) Visão detalhada por dimensões, temas, itens ou critérios equivalentes;
- c) Sinalização de pendências, itens críticos, desatualizações com indicação de dias em atraso;
- d) Gráfico de evolução histórica (série temporal);
- e) Acesso responsivo (desktop, tablet, mobile).

##### 4.1.2 Itens e Níveis de Conformidade

- a) Permitir organização de itens de transparência em mínimo 3 e máximo 5 níveis progressivos, representando estágios evolutivos de atendimento;
- b) Nomenclatura dos níveis parametrizável conforme escolha do ente contratante (exemplo: Nível 1/2/3; Básico/Intermediário/Avançado; ou equivalente), sem vinculação a ciclo avaliativo singular;
- c) Cada item terá: descrição clara, responsável setorial designado, periodicidade esperada de atualização;
- d) Sistema sinalizará automaticamente itens não atualizados além de prazo esperado.

##### 4.1.3 Leitura Automatizada do Portal como Fonte Única

- a) Leitura automática com frequência mínima uma (1) vez a cada 24 horas;
- b) Logs registrando: data/hora (formato ISO 8601), tempo de início, tempo de conclusão, status (sucesso/falha), quantidade de registros lidos, erros específicos;
- c) Tolerância D-1: dados refletidos no painel com defasagem máxima de 24 horas em relação à última leitura bem-sucedida;
- d) Em caso de falha, mecanismo de retentativa automática em até 2 horas, e segunda tentativa em até 4 horas. Após 2 falhas consecutivas, alerta automático ao Controlador/Gestor;
- e) Identificação automática de itens não atualizados além do esperado, exibindo no painel: nome do item, data/hora da última atualização, número de dias/horas em atraso, nível de criticidade (ex: vermelho se >30 dias, amarelo se >7 dias).

##### 4.1.4 Plano de Ação

- a) Permitir criação de planos independentes e customizáveis (plano padrão do ente; planos específicos para notificações/recomendações de órgãos de controle; planos adicionais);
- b) Cada item do plano deverá conter: item monitorado, responsável setorial/usuário, prazo (data/hora), status (não iniciado/em execução/cumprido/atrasado), observações;
- c) Capacidade de inserir evidências (preferencialmente links do Portal, com possibilidade de anexos/observações);
- d) Histórico de mudanças com rastreabilidade (quem alterou, quando, o quê);
- e) Relatórios por área/responsável, por criticidade, com indicação de itens vencidos ou em risco;
- f) Funcionalidade de edição em tempo real com confirmação de alterações.

#### 4.1.5 Simulador de Impacto

- Permitir ao Controlador/Gestor selecionar subconjunto de itens do plano de ação e marcar como "hipoteticamente cumpridos";
- Exibir estimativa de **incremento percentual no nível geral de conformidade**, calculado conforme regra de ponderação configurável pelo ente (ex: cada item contribui igualmente; ou por peso específico);
- Segregação visual inequívoca entre estimativa gerencial (simulação) e situação efetivamente cumprida (realidade), mediante: cores distintas, rótulos explícitos ("Estimativa Gerencial — Não Reflete Situação Cumprida"), ou disposição em abas separadas;
- Possibilidade de visualizar painel de realidade e simulador lado a lado para comparação.

#### 4.1.6 Base de Orientação Estruturada

- Acervo organizado por item, contendo: descrição simplificada do requisito; passo a passo recomendado para cumprimento (admitindo texto ou imagens); tipo/formato de evidência esperado (exemplo: screenshot, link, data); referência normativa quando aplicável (lei, resolução, manual);
- Interface amigável para edição e consulta;
- Alimentação inicial: responsabilidade do ente, com suporte técnico da contratada para estruturação;
- Atualizações posteriores: responsabilidade do ente.

#### 4.1.7 Perfis de Acesso e Visibilidade Setorial

- Mínimo 3 perfis: Administrador (acesso integral); Controlador/Gestor (painel consolidado, todos os planos de ação, relatórios globais); Usuário Setorial (acesso restrito aos itens e plano de ação de sua responsabilidade);
- Permissões parametrizáveis por tema, dimensão ou item;
- Capacidade de o Controlador/Gestor liberar visão restrita a cada setor, sem permitir visualização cruzada entre setores;
- Logs de acesso e alteração contendo: usuário, data/hora, ação, objeto alterado;
- Criptografia de sessão; timeout automático após período configurável (mínimo 30 minutos);
- Vedação de uso para mensuração de produtividade individual de usuários ou setores.

#### 4.1.8 Trilhas de Auditoria e Logs

- Registros imutáveis de todas as ações: criação, edição, exclusão, visualização;
- Cada log incluirá: identificação única de usuário, data/hora (ISO 8601), ação realizada, objeto alterado, valores anteriores e posteriores (quando aplicável);
- Retenção mínima de logs: duração do contrato ou 3 anos, o que for maior;
- Acesso a logs: restrito a Administrador e auditorias internas/externas, com geração de relatórios em formatos estruturados (CSV, JSON);
- Logs de leitura do Portal com status e cobertura/pendências.

#### 4.1.9 Relatórios e Exportações

- Relatório de pendências e itens críticos com indicadores de impacto;
- Relatório de desatualização com indicação de tempo em atraso;
- Relatório de evolução histórica com série temporal;
- Relatório de andamento do plano de ação por área, responsável, criticidade;
- Exportação integral em formatos estruturados: CSV, XLSX, JSON;
- Geração sob demanda ou agendada, conforme necessidade.

## 4.2. REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS MÍNIMOS

### 4.2.1 Disponibilidade e SLA

- A solução manterá disponibilidade mensal mínima de **99,5%**, calculada como percentual de horas em que o painel está acessível e respondendo em tempo máximo de 3 segundos a requisições autenticadas;
- Aferição:** Monitoramento contínuo via agente independente, com relatório mensal disponível até dia 5 do mês seguinte, detalhando: tempo total de indisponibilidade, causas, percentual final, cálculo de penalidades;
- Excludentes de SLA:**
  - Manutenção programada: máximo 4 horas por mês, comunicada com 72 horas de antecedência;
  - Indisponibilidade do Portal de Transparência do ente (>8 horas consecutivas);
  - Falha de conectividade entre ente e infraestrutura de internet municipal;
- Penalidades:** Abatimento de 5% da fatura mensal para cada 0,1% abaixo de 99,5%, cumulativo, até máximo de 50% em uma fatura mensal;

e) **Comunicação de Incidentes:** Em caso de indisponibilidade >1 hora, notificação ao Controlador/Gestor e gestor do contrato no prazo de 30 minutos, informando: hora de início estimado, causa conhecida, previsão de resolução, impacto esperado.

#### 4.2.2 Segurança da Informação

a) **Autenticação:** Usuário/senha com requisitos: mínimo 12 caracteres, complexidade (maiúscula, número, símbolo especial), histórico de 5 últimas senhas, renovação semestral obrigatória. Opção de autenticação multifator (MFA) obrigatória para perfil Administrador;

b) **Criptografia em Trânsito:** TLS 1.2 ou superior (HTTPS);

c) **Criptografia em Repouso:** AES-256 ou equivalente para dados sensíveis;

d) **Segregação Lógica:** Isolamento de dados por ente (em modelo SaaS multi-tenant) e internamente por perfil/acesso conforme definido no sistema de permissões;

e) **Gestão de Sessão:** Timeout automático após 30 minutos de inatividade; bloqueio de múltiplas sessões simultâneas (um usuário por sessão) ou limite configurável;

f) **Rastreabilidade:** Logs imutáveis com retenção mínima conforme seção 6.8;

g) **Conformidade com LGPD:** Quando aplicável (dados pessoais = nomes de responsáveis, assinaturas digitais): (i) designação de papéis (ente = controlador, contratada = operadora); (ii) Contrato de Processamento de Dados Pessoais (CTPS) obrigatório; (iii) direito de titulares (acesso, exclusão, anonimização); (iv) notificação de vazamento em <24 horas; (v) termo de confidencialidade com fornecedores.

#### 4.2.3 Backup, Continuidade e Recuperação

a) Backup automatizado com frequência mínima diária;

b) Retenção mínima de backups: 30 dias em local fisicamente diferente do servidor principal;

c) RTO (Recovery Time Objective): máximo 4 horas;

d) RPO (Recovery Point Objective): máximo 1 hora;

e) Plano de continuidade de negócios e disaster recovery documentado, com testes semestrais.

#### 4.2.4 Portabilidade e Reversibilidade

a) Ao final do contrato ou sob demanda, exportação integral sem custo adicional dos seguintes acervos em formatos estruturados e abertos:

- **Painel:** JSON com schema: { item: { id, nome, nível\_atual, histórico: [{ data, nível, responsável, alterado\_por }]} }
- **Plano de Ação:** CSV/XLSX com colunas: [Item, Responsável, Prazo, Status, Evidência\_Link, Observações, Data\_Atualização, Alterado\_Por]
- **Base de Orientação:** CSV com colunas: [Item, Descrição, Passo\_Passo, Tipo\_Evidência, Referência\_Normativa]
- **Logs de Auditoria:** JSON com schema: { timestamp (ISO8601), usuário, ação, objeto, valores\_antes, valores\_depois }
- **Relatórios:** PDF e formatos eletrônicos (CSV/XLSX);

b) Prazo de entrega: máximo 15 dias após solicitação ou encerramento do contrato;

c) Dados permanecem acessíveis para exportação por no mínimo 90 dias após encerramento contratual;

d) Contratada realizará, a pedido, até 2 sessões de suporte técnico no período de transição (30 dias após término) para assistência em migração/importação dos dados exportados para sistema sucedâneo.

#### 4.2.5 Escalabilidade e Desempenho

a) Suportar mínimo 50 usuários autenticados simultâneos;

b) Painel com até 5.000 itens operacionais;

c) Plano de ação com até 50.000 registros;

d) Tempo de resposta < 3 segundos em 95% das requisições em condições normais de operação.

### IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E OPERAÇÃO

#### 4.3. IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO INICIAL E CAPACITAÇÃO

##### 4.3.1 Entregas de Implantação (Obrigatórias)

A contratada deverá executar:

a) Criação e configuração do ambiente (infraestrutura, banco de dados, servidores, certificados SSL);

b) Cadastramento de perfis e usuários iniciais (mínimo: 1 Admin, 1 Controlador/Gestor, 5 usuários setoriais de teste);

c) Parametrização inicial: (i) matriz de itens/níveis conforme estrutura do ente; (ii) responsáveis setoriais; (iii) periodicidade esperada de atualização por item; (iv) regra de ponderação para simulador; (v) valores de alerta (ex: criticidade em vermelho se >30 dias);

- d) Configuração e validação da leitura automatizada do Portal (fonte única) com rotina diária, validação de D-1 (defasagem máxima 24h), teste de logs de leitura;
- e) Habilitação de relatórios padrão e funcionalidade de exportação em formatos abertos;
- f) Entrega de manuais técnicos: (i) Manual do Administrador (gestão do sistema, usuários, permissões, backup, logs); (ii) Manual do Controlador/Gestor (painel, plano de ação, simulador, relatórios, evidências); (iii) Manual para Usuários Setoriais (acesso, visualização, atualização de status de itens).

#### 4.3.2 Capacitação Inicial (Obrigatória)

A contratada deverá realizar:

- a) Sessão 1 — Administrador: Duração 4 horas (presencial ou online), cobrindo: acesso ao sistema, gestão de usuários e perfis, permissões, logs, backup, monitoramento de SLA, suporte técnico;
- b) Sessão 2 — Controlador/Gestor: Duração 3 horas, cobrindo: navegação no painel, drill-down de itens, plano de ação (criação, edição, acompanhamento), simulador, geração de relatórios, exportação de dados;
- c) Sessão 3 — Usuários Setoriais: Duração 2 horas, cobrindo: acesso ao sistema, visualização de itens de responsabilidade, atualização de status, inserção de evidências, acompanhamento de prazos;
- d) Materiais de apoio: (i) manual em PDF (mínimo 20 páginas com screenshots); (ii) vídeos tutoriais (mínimo 15 minutos totais); (iii) FAQ (Perguntas Frequentes); (iv) suporte P&A (Perguntas e Respostas) por 30 dias sem custo adicional;
- e) Lista de presença e comprovação de entrega de material;
- f) Suporte continuado ao final da capacitação: resposta a dúvidas por 30 dias, horário comercial, canal formal (email ou sistema de chamados).

#### 4.4. SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÕES

##### 4.4.1 Suporte Técnico

- a) Prestação via canal formal (sistema de chamados, email ou central telefônica), com classificação de severidade:
  - Severidade 1 (Crítica): Indisponibilidade total da solução ou falha de leitura D-1 generalizada (> 50% dos itens). SLA: resposta em 2 horas, resolução em 8 horas;
  - Severidade 2 (Alta): Indisponibilidade parcial relevante ou falha em módulo essencial (plano de ação, permissões, exportação). SLA: resposta em 4 horas, resolução em 24 horas;
  - Severidade 3 (Média): Erro sem impacto crítico, falhas pontuais em funcionalidades secundárias. SLA: resposta em 8 horas, resolução em 72 horas;
  - Severidade 4 (Baixa): Dúvidas, orientações, sugestões de melhoria, melhorias estéticas. SLA: resposta em 24 horas;
- b) Horário de suporte: segunda a sexta-feira, 8h às 18h, horário de Brasília (ou conforme edital);
- c) Comunicação: resposta dentro do SLA por canal aberto (email ou sistema de chamados);
- d) Documentação: contratada manterá registro de todas as solicitações, respostas e soluções, acessível ao gestor do contrato.

##### 4.4.2 Manutenção Corretiva

Durante a vigência, a contratada deverá:

- a) Identificar e corrigir erros de funcionamento reportados pelo ente;
- b) Liberar correções em prazo compatível com severidade (Sev 1/2: dentro do SLA; Sev 3/4: no ciclo de atualização);
- c) Testar correções em ambiente de homologação antes de aplicar em produção;
- d) Comunicar ao gestor quando correção exigir reinicialização ou indisponibilidade.

##### 4.4.3 Atualizações

- a) **Atualizações de Segurança:** Obrigatórias e sem ônus, com prioridade Sev 1, aplicadas conforme identificadas;
- b) **Atualizações Evolutivas:** Melhorias de funcionalidade ou compatibilidade compatíveis com continuidade de serviço, sem ônus adicional, salvo novas funcionalidades fora do escopo inicial;
- c) **Compatibilidade para Trás:** Atualizações evolutivas não devem quebrar APIs, interfaces críticas, estrutura de dados ou integração com sistemas externos;
- d) **Notificação:** Mínimo 30 dias de aviso prévio antes de atualização evolutiva;
- e) **Rejeição:** Ente pode rejeitar atualização evolutiva por até 60 dias. Suporte à penúltima versão estável por mínimo 12 meses;
- f) **Ciclo de Atualização:** Máximo 1 vez por mês (exceto segurança crítica).

#### 5. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

Será entregue na **SEAF** e seus setores indicados na ordem de serviço, em dia útil no horário das 8:00h às 17:00H, seguindo o cronograma abaixo descrito:

O aceite ocorrerá por etapas, com critérios objetivos e verificáveis:

### 5.1 Aceite 1 — Implantação Técnica (Prazo: D+15)

Entrega	Critério de Sucesso	Evidência
Ambiente configurado	Painel acessível via HTTPS sem erros de segurança	Screenshot com URL HTTPS, certificado válido
Perfis criados	3 perfis funcionando (Admin, Controlador, Setorial)	Relatório de perfis com permissões associadas
Usuários cadastrados	5 usuários de teste com perfis atribuídos	Relatório de usuários (email, perfil, status)
Login validado	Login bem-sucedido para cada perfil	Screenshot de acesso para cada um
Dashboard acessível	Painel principal carregando sem erros	Screenshot do painel com indicadores

**Conclusão:** Ato de aceite formal assinado por ambas as partes. Prazo máximo: D+20. Atraso injustificado >5 dias implica penalidade conforme edital.

### 5.2 Aceite 2 — Leitura Automatizada e D-1 (Prazo: D+40)

Entrega	Critério de Sucesso	Evidência
Rotina de leitura diária	Leitura executada automaticamente a cada 24h ( $\pm 2h$ ), por 7 dias	Log de execução com 7 linhas: data/hora início, fim, status sucesso, quantidade registros
Dados refletidos em D-1	Dados da última leitura visíveis no painel em até 3h após conclusão	Screenshot do painel exibindo timestamp da última leitura; verificação manual vs. Portal (máx 24h defasagem)
Desatualização detectada	Itens não atualizados há >X dias sinalizados no painel com dias em atraso	Relatório de desatualização exibindo: item, última atualização, dias em atraso, criticidade
Logs registrados	Logs contendo: timestamp, status, quantidade itens, erros	Arquivo de log estruturado (JSON ou CSV) com todos os campos
Retentativa funcionando	Falha simulada; retentativa automática em até 2h	Log exibindo tentativas iniciais e retentativas com sucesso final

**Conclusão:** Ato de aceite formal. Prazo máximo: D+45. Não conformidade bloqueia próxima etapa.

### 5.3 Aceite 3 — Núcleo Funcional (Prazo: D+55)

Entrega	Critério de Sucesso	Evidência
Painel consolidado	Visão geral em %, drill-down por dimensão/item, evolução histórica	Screenshot: painel principal (%) + drill-down ( $\geq 2$ dimensões) + gráfico histórico
Plano de ação	Criação de item, atribuição responsável, fixação prazo, status, evidência	Relatório do plano exibindo: item, responsável, prazo, status, evidência_link
Simulador segregado	Seleção de itens, projeção de impacto %, segregação visual clara (simulação vs. realidade)	Screenshot: painel realidade + simulador em abas/cores distintas, com rótulo "Estimativa"
Base de Orientação	Estrutura por item com passos, evidência, referência	Consulta de item na base: exibição completa dos campos
Perfis/Visibilidade	Usuário Setorial acessa apenas itens de seu setor; Admin vê tudo	Login com cada perfil; comprovar: Setorial (restrito), Admin (acesso integral)

Entrega	Critério de Sucesso	Evidência
Logs de Acesso	Registros de quem acessou, quando, o quê alterou	Relatório de logs exibindo: usuário, data/hora, ação, objeto
Relatórios	Pendências, desatualização, evolução, plano de ação	Geração de ≥3 relatórios em CSV/XLSX/PDF
Exportação de Dados	Exportação integral em formatos abertos (JSON, CSV)	Arquivo exportado aberto e validado (estrutura conforme seção 7.4)

**Conclusão:** Ato de aceite formal. Prazo máximo: D+60. Falha em qualquer item crítico bloqueia aceite.

#### 5.4 Aceite 4 — Capacitação (Prazo: D+65)

Entrega	Critério de Sucesso	Evidência
Sessão Admin	4 horas, cobrindo: gestão de usuários, logs, SLA, suporte	Lista de presença, material entregue, feedback (opcional)
Sessão Controlador	3 horas, cobrindo: painel, plano de ação, simulador, relatórios	Lista de presença, material entregue
Sessão Setorial	2 horas, cobrindo: acesso, visualização, atualização de status	Lista de presença
Material Entregue	Manual em PDF (≥20 pg) + vídeos (≥15 min) + FAQ	Cópia de material, links de vídeos funcionando
Suporte P&A	Respostas a dúvidas por 30 dias, horário comercial	Registro de chamados/emails respondidos

**Conclusão:** Ato de aceite formal. Conclusão marca entrada em operação da solução.

## 6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

6.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

**UNIDADE: 02.07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEAF  
2009 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
3390.40 – SERVIÇOS DE TEC. DA INFO. E COMUNICACAO - PJ**

**FONTES:**

**15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**15010000 – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS.**

## 7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

7.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 30.778,92 (trinta mil setecentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

7.2. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado.

## 8. DA SUBCONTRATAÇÃO.

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 10. DO MODELO DE GESTÃO DO OBJETO E DO CONTRATO.

- 10.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 10.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 10.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 10.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 10.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 10.6.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.
- 10.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 10.7.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.
- 10.7.2.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 10.7.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 10.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 10.7.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 10.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 10.8.1.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 10.9.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 10.9.1.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 10.9.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 10.9.3.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 10.9.4.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 10.10.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 10.11.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## 11. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

### Forma de seleção

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, na forma ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

### Exigências de habilitação

11.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 11.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.3.1. **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.3.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

11.3.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.3.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

11.3.8. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

11.3.9. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

11.3.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 11.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

11.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.4.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.4.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

11.4.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

11.4.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

11.4.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### 11.5. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

11.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

11.5.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

### 11.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

11.6.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

11.6.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11.6.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 12. DAS REGRAS BÁSICAS DO REGISTRO DE PREÇO.

12.1. Não será utilizado nessa contratação o Sistema de Registro de Preço

## 13. DAS AMOSTRAS.

13.1. A Administração realizará demonstração técnica com o objetivo de verificar, de forma objetiva e verificável, o atendimento aos requisitos essenciais e funcionalidades mínimas.

### 5.5.1 Momento e Condições

a) A demonstração será exigida exclusivamente do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, após fase de julgamento de propostas e aceitação do menor preço ofertado;

b) Prazo para apresentação: até 48 horas após convocação formal pelo pregoeiro;

c) Modalidade: presencial no local indicado pela Administração, com os meios técnicos necessários fornecidos pelo licitante;

d) Avaliação: por comissão designada (servidores da área técnica competente);

e) Documentação: ata circunstanciada registrando funcionalidades testadas, resultados e conclusão.

### 13.2 Checklist de Avaliação (Critérios Objetivos)

Cada item abaixo será testado e resultará em aprovação (PASSA) ou reprovação (FALHA):

- Leitura do Portal: Exibir log de leitura de data recente (data/hora, status sucesso, quantidade registros, no máximo 24h de defasagem)
- Painel Consolidado: Navegar até item individual; exibir indicador em % de conformidade geral e por dimensão
- Plano de Ação: Criar novo item, atribuir responsável, fixar prazo, salvar; exibir no relatório completo
- Simulador: Selecionar subconjunto de itens, visualizar impacto estimado em % (diferente do painel normal); rótulo "Estimativa" visível
- Desatualização: Relatório exibindo itens não atualizados, com "Dias em Atraso" calculado automaticamente
- Relatórios: Gerar relatório de pendências em CSV/XLSX; conteúdo estruturado e legível
- Perfis: Login com usuário Setorial; comprovar acesso restrito (apenas itens de seu setor)
- Logs de Acesso: Relatório de logs exibindo usuário, data/hora, ação realizada
- Exportação: Exportar painel em JSON; estrutura validada conforme seção 7.4
- Base de Orientação: Consultar item; exibir passos, evidência esperada, referência normativa

### 5.5.3 Resultado

- a) Aprovação: Licitante passa em todos os 10 itens do checklist → promoção a contratação;
- b) Reprovação: Falha em 1 ou mais itens → desclassificação; convocação do licitante subsequente conforme ordem de classificação.

## 14. DO PAGAMENTO.

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

14.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

14.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 15. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

16.1. O futuro contrato poderá ser rescindido, a critério da Contratante, nas hipóteses de inadimplemento parcial ou total de quaisquer obrigações contidas neste termo de referência, nos termos do art. 137 da Lei Federal 14.133/2021, desde que efetivamente reste comprovado prejuízo à finalidade pública pretendida com a contratação;

16.2. Cabe à parte prejudicada ou interessada a comprovação do efetivo prejuízo que justifique a rescisão contratual, caso ocorra quaisquer dos motivos indicados na legislação;

16.3. A rescisão contratual será processada nos autos de processo de gestão, sempre se garantindo o contraditório e a ampla defesa;

**16.4.** Na ocorrência de rescisão contratual, ficam assegurados os direitos da Administração contidos na legislação, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**17.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

- a. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- b. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- d. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e. Apresentar declaração ou documentação falsa;
- f. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**17.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**17.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**17.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

**17.5.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu/BA, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**17.5.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**17.6.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**17.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**17.8.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**17.9.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**17.10.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**17.11.** As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do órgão ou entidade pública.

## **18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

**18.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## 19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

**19.1.** São obrigações da Contratante:

19.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

19.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

19.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

19.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

**19.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

**20.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

20.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

20.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

20.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

20.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

20.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

20.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

20.1.8. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;

20.1.9. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

**Morro do Chapéu/BA, 09 de abril de 2026.**

**DANILO JOSÉ GUIMARÃES**

**Diretor Financeiro**

**Matrícula nº: 2786**

## Anexo II

### MINUTA DO CONTRATO CONTRATO Nº 0XX/20XX

Termo de Contrato de fornecimento que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU** e a Empresa **XXXXXXXXXXXXX**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU-BA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. **13.717.517/0001-48**, com sede administrativa na Rua Coronel Dias Coelho, 188, Centro – Bahia, CEP 44.850-000, representada neste ato pela Prefeita **Sra.ª. Juliana P. Araújo Leal**, brasileira, casada, advogada, residente no Município de Morro do Chapéu - BA, CEP: 44.850-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a pessoa jurídica ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 076/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 002/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO E MONITORAMENTO CONTÍNUO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DO ENTE CONTRATANTE, DESTINADO AO USO INTERNO (CONTROLE INTERNO, GESTÃO ADMINISTRATIVA) E COM POSSIBILIDADE DE ACESSO SETORIAL CONTROLADO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU/BA.**
- 1.2. A proposta encaminhada pela contratada encontra-se vinculada ao presente contrato.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

- 2.1 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2. – O Contrato poderá ser aditivado deste que atendidos os requisitos, conforme determinação do art. 105, 106 e 107 da lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL DE ENTREGA**

- 3.1. A prestação dos serviços obedecerá ao quanto contido nos itens 4 e 5 Termo de Referência, contados a partir do recebimento da solicitação do órgão responsável, sempre após a realização da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

- 4.1 – O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....);

ITENS	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
2	Acesso mensal ao software para gestão e monitoramento contínuo da transparência pública do ente contratante, destinado ao uso interno (controle interno, gestão administrativa) e com possibilidade de acesso setorial controlado	MÊS	12	R\$	R\$

4.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

4.3 - Os preços poderão ser reajustados decorridos o prazo de 12 (doze) meses.;

4.4 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da apresentação Fatura / Nota Fiscal, em 02 (duas) vias que deverá ser apresentada ao titular da Secretaria de Finanças para a devida aprovação.

4.5 - A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu, inscrita no CNPJ/MF nº 13.717.517/0001-48, sediada a Rua Coronel Dias Coelho, 188, Centro, neste Município.

4.6 - Não será efetuado qualquer pagamento a título de antecipação do valor contratado mesmo que a requerimento do interessado.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 - A Dotação orçamentária que correrá tal despesa é:

**UNIDADE: 02.07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEAF  
2009 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
3390.40 – SERVIÇOS DE TEC. DA INFO. E COMUNICACAO - PJ**

**FONTES:**

**15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**15010000 – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS.**

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

6.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

6.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

6.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA SETIMA – FISCALIZAÇÃO**

7.1 - A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante designado pela Secretaria solicitante.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES**

8.1 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) efetuar o pagamento do fornecimento do objeto do presente Contrato de acordo com o estipulado na Cláusula Terceira deste Instrumento.

b) na hipótese de atraso de pagamento dos créditos resultantes do presente Contrato, será acrescida ao valor dos mesmos a taxa de 0,01% ao dia, a título de compensação financeira, aplicada desde o dia imediatamente subsequente do vencimento até o do seu efetivo pagamento

8.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) fornecer os itens com estrita obediência à descrição constante no orçamento e na planilha discriminativa;

b) manter-se durante toda a vigência contratual em compatibilidade com as obrigações assumidas e bem assim com as condições de habilitação fiscal e trabalhista.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto do CONTRATO, o Município poderá aplicar a CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 14.133/21, inclusive responsabilização civil e penal na forma da Legislação específica;

9.2 - Além da multa prevista ficam estabelecidas as penas de advertência, rescisão de contrato, declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO, que serão aplicadas em função da natureza e gravidade da falta cometida, garantida a ampla defesa.

9.3 - O MUNICÍPIO reterá dos créditos decorrentes deste Contrato valores suficientes ao pagamento das multas aplicadas.

9.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

10.1 - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

10.2 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas

as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

10.3 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

11.0 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PUBLICAÇÃO**

12.1 - O presente Contrato tem embasamento legal no artigo 75, inciso II da 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Morro do Chapéu como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

13.2 - E por estarem justos e contratados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

**MORRO DO CHAPÉU, BA, em xx de xxxxxx de 2026.**

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADA:**

**MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU, ESTADO DA BAHIA.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Juliana P. Araújo Leal  
Prefeita

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante legal

**Testemunhas:**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/RG: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/RG: \_\_\_\_\_

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INC.XXXIII, DO ART. 7º DA CF

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO E MONITORAMENTO CONTÍNUO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DO ENTE CONTRATANTE, DESTINADO AO USO INTERNO (CONTROLE INTERNO, GESTÃO ADMINISTRATIVA) E COM POSSIBILIDADE DE ACESSO SETORIAL CONTROLADO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU/BA**

(Nome da Empresa.....) devidamente inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sua sede à Rua..... (endereço completo), declara, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( )

**Observação:** em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local e data,

(Assinatura do representante legal)  
Nome e identidade do representante legal

**ANEXO IV**  
**MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO E MONITORAMENTO CONTÍNUO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DO ENTE CONTRATANTE, DESTINADO AO USO INTERNO (CONTROLE INTERNO, GESTÃO ADMINISTRATIVA) E COM POSSIBILIDADE DE ACESSO SETORIAL CONTROLADO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU/BA.**

Atendendo às exigências desta, estamos apresentando nossa “PROPOSTA COMERCIAL” relativa a presente DISPENSA ELETRÔNICA, cujo o valor total é de ..... (por extenso) de acordo com as especificações relacionadas na proposta de preços em anexo.

Declaramos expressamente que:

- 1) Concordamos integralmente e sem qualquer restrição com as condições desta Contratação Direta, expressas nesta DISPENSA ELETRÔNICA, bem assim com as condições de contratação estabelecidas na minuta do Contrato anexa ao Edital.
- 2) Manteremos válida a Proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação e abertura.
- 3) Temos conhecimento dos locais e das condições da realização do objeto deste edital e seus anexos.
- 4) Na realização do objeto licitado (serviços/compras/fornecimento) observaremos rigorosamente as Normas Técnicas brasileiras, bem assim as recomendações e instruções da Fiscalização da Prefeitura Municipal de MORRO DO CHAPÉU, assumindo, desde já, a integral e exclusiva responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos.
- 5) Que nos preços propostos estão incluídos todos os encargos, previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação.
- 6) Que a Prefeitura não admitirá qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados nos preços, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração de encargos fiscais
- 7) Que está desimpedida de licitar e/ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo, inclusive, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.
- 8) Que a empresa se encontra habilitada para participar do certame e efetuar contratação nos termos da legislação pertinente.
- 9) Indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10) Qualificação completa do representante da empresa que assinará o futuro contrato.
- 11) Meios de contato: Telefone, celular, e-mails.

Local e data,

(Assinatura do representante legal)  
Nome e identidade do representante legal

**CONTINUAÇÃO**  
**MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS**  
**DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 009/2026**

**01 – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE:**

NOME DA EMPRESA:

CNPJ/MF:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE/UF:

CEP:

FONE: ( )

FAX: ( )

NOME PARA CONTATO:

DESCRIÇÃO						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QUANT.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					R\$	R\$
....						

**02 - DADOS BANCÁRIOS:**

Conta n.º: \_\_\_\_\_

Agência n.º: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_

**03 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** conforme Edital

**04 - VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) dias.

**05 - PRAZO PARA FORNECIMENTO/SERVIÇOS –** Imediatamente após a solicitação.

**06 - PREÇOS:** Os preços são os apresentados na planilha anexa.

Local e data.

PROPONENTE:

DADOS DA PROPONENTE:

Nome:

Razão Social:

Endereço Completo/Telefone:

Local e data,

**(Assinatura do representante legal)**

Nome e identidade do representante legal

**ANEXO V**  
**MODELO DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026**  
**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO E MONITORAMENTO CONTÍNUO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DO ENTE CONTRATANTE, DESTINADO AO USO INTERNO (CONTROLE INTERNO, GESTÃO ADMINISTRATIVA) E COM POSSIBILIDADE DE ACESSO SETORIAL CONTROLADO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU/BA**

A empresa .... C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_, sediada .... declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação na contratação direta, DISPENSA ELETRÔNICA nº \_\_\_\_/2025 da Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu-BA, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores e ainda o **pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação**, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas.

Local e data,

**(Assinatura do representante legal)**  
Nome e identidade do representante legal

**ANEXO VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO E MONITORAMENTO CONTÍNUO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DO ENTE CONTRATANTE, DESTINADO AO USO INTERNO (CONTROLE INTERNO, GESTÃO ADMINISTRATIVA) E COM POSSIBILIDADE DE ACESSO SETORIAL CONTROLADO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU/BA**

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), estabelecida na \_\_\_\_\_ (rua; nº e cidade), neste ato representada por seu representante legal \_\_\_\_\_ (nome do representante), \_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil), RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_ (rua; nº e cidade), declara, sob as penas das Leis Cíveis e Penais, que a empresa acima citada classifica-se como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, perante a \_\_\_\_\_ (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado).

Local e data,

**(Assinatura do representante legal)**  
Nome e identidade do representante legal

**ANEXO VII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO E MONITORAMENTO CONTÍNUO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DO ENTE CONTRATANTE, DESTINADO AO USO INTERNO (CONTROLE INTERNO, GESTÃO ADMINISTRATIVA) E COM POSSIBILIDADE DE ACESSO SETORIAL CONTROLADO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU/BA**

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), estabelecida na \_\_\_\_\_ (rua; nº e cidade), neste ato representada por seu representante legal \_\_\_\_\_ (nome do representante), \_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil), RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente da contratação direta, sob a DISPENSA ELETRÔNICA nº \_\_\_\_\_ instaurada pela **Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu - Bahia**, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local e data,

**(Assinatura do representante legal)**  
Nome e identidade do representante legal

**ANEXO VIII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO E MONITORAMENTO CONTÍNUO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DO ENTE CONTRATANTE, DESTINADO AO USO INTERNO (CONTROLE INTERNO, GESTÃO ADMINISTRATIVA) E COM POSSIBILIDADE DE ACESSO SETORIAL CONTROLADO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU/BA**

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), estabelecida na \_\_\_\_\_ (rua; nº e cidade), neste ato representada por seu representante legal \_\_\_\_\_ (nome do representante), \_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil), RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente da contratação direta, sob a modalidade DISPENSA ELETRÔNICA nº \_\_\_\_\_ instaurada pela **Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu - Bahia**, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local e data,

**(Assinatura do representante legal)**  
Nome e identidade do representante legal

**ANEXO IX**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO E MONITORAMENTO CONTÍNUO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DO ENTE CONTRATANTE, DESTINADO AO USO INTERNO (CONTROLE INTERNO, GESTÃO ADMINISTRATIVA) E COM POSSIBILIDADE DE ACESSO SETORIAL CONTROLADO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU/BA**

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador(a) do Documento de Identidade n.º \_\_\_\_\_, expedido por \_\_\_\_\_, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais, e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao Sistema são autênticas, igualmente sendo expressão da verdade a informação por mim prestada, estou ciente que esta declaração estará sujeita as penalidades da Lei, conforme dispõe o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que prevê o crime de falsidade ideológica.

Local e data,

**(Assinatura do representante legal)**

Nome e identidade do representante legal